

Alagoas lança editais de fomento à cultura regional

Ações foram anunciadas em solenidade no Palácio dos Palmares

O Governo de Alagoas lançou os Editais de Fomento à Rede Estadual de Pontos e Pontões de Cultura, com o objetivo de impulsionar a cultura no estado e fortalecer as iniciativas que promovem o acesso à arte e à cultura em diversos territórios.

Os editais disponibilizam um total de R\$ 3.269.000,00, que serão distribuídos entre 24 projetos de Pontos de Cultura e dois projetos de Pontões de Cultura.

Os Pontos de Cultura receberão R\$ 109 mil cada, enquanto os Pontões terão um repasse de R\$ 326,5 mil. O objetivo dos investimentos é fortalecer a atuação desses espaços culturais, promovendo a cultura popular e tradicional, além de beneficiar grupos historicamente subrepresentados.

Vitor Pereira, que representou o governador Paulo Dantas durante a solenidade, destacou que os editais são uma forma de ampliar o acesso à cultura e de promover ações estruturantes em todo o estado. “Esses investimentos são muito bem distribuídos entre os diversos setores da cultura, além de representar uma parceria com o governo



Pei Fon / Agência Alagoas

As iniciativas selecionadas deverão promover o acesso a bens e serviços culturais

federal, por meio da legislação nacional e com o apoio das diretrizes do governo Paulo Dantas”, afirmou o secretário.

A secretária Mellina Freitas também ressaltou a importância da iniciativa, que segue as diretrizes da Política Nacional de Cultura Viva e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. “Este é um marco para a consolidação das políticas culturais no estado, e traz investimentos que não só

geram economia, mas também promovem mudanças profundas para o nosso povo”, afirmou Mellina.

Manoel Silvestre, do Ponto de Cultura Olha o Chico, em Piaçabuçu, comemorou o lançamento dos editais. Para ele, os Pontos de Cultura ajudam as comunidades a se tornarem mais independentes e a manterem suas tradições vivas. “Esses programas tornam as comunidades mais fortes,

permitindo que contem suas próprias histórias e consigam recursos para preservar suas culturas”, destacou.

José Leão da Silva, do Ponto de Cultura Meninos do Sítio, em Igaci, também celebrou a iniciativa, que, segundo ele, fortalece ainda mais as comunidades culturais. “Esses editais são fundamentais para alavancar a cultura e fortalecer o povo, garantindo mais oportunidades para todos”, afirmou.

Alagoas terá três novas escolas indígenas

A Secretaria de Estado de Educação de Alagoas vai entregar três novas escolas indígenas em fevereiro. A medida valoriza a Educação Indígena e atende antigas reivindicações das comunidades, somando um investimento de quase R\$ 12 milhões. A primeira entrega será nesta quinta-feira (6), em Água Branca, às 11h.

Três povos serão beneficiados

com as novas escolas: Kalankó, com a Escola Indígena Francisco Higino da Silva, em Água Branca; Karuzú, com a Escola Indígena Antônio José da Silva, em Pariconha; e Aconã, com Escola Indígena José Saraiva Irmão Suraconã, em Traipu.

“As três unidades ampliam para 19 o número de escolas indígenas na rede estadual e mostram o compromisso do

Governo de Alagoas com a educação indígena e o respeito às tradições e costumes dos povos originários”, destaca a secretária Roseane Vasconcelos.

A primeira unidade a ser entregue será a Escola Indígena Francisco Higino da Silva, em Água Branca. Na vizinha Pariconha, o contemplado foi o povo Karuzú: a Escola Indígena Antônio José da Silva, no povoado

Campinhos, será inaugurada na próxima segunda-feira (10). Em Traipu, a construção da Escola Indígena José Saraiva Irmão Suraconã, para o povo Aconã, é a concretização de um sonho e da luta de 20 anos da comunidade. A unidade leva o nome do antigo cacique Saraiva Suraconã, que, em vida, sonhou e lutou pela construção desta escola. A entrega está agendada para o dia 19.

CORREIO OPINIÃO



Reprodução

‘Ainda estou aqui’ será uma das atrações em cartaz

“Ainda Estou Aqui”: pela memória, pela verdade e por justiça às vítimas

Por Celeste Leite dos Santos e Pedro Pereira Gomes*

durante um regime não-democrático, o que denota total fragilidade das vítimas à época.

O País está de volta ao topo da premiação mais prestigiada do cinema internacional. Dirigido por Walter Salles e estrelado por Fernanda Torres e Selton Mello, “Ainda Estou Aqui” concorre a três estatuetas do Oscar 2025, nas categorias Melhor Atriz, Melhor Filme Internacional, e Melhor Filme - esta última indicação, aliás, inédita para o Brasil.

Impossível não lembrar que, há 26 anos, outra produção nacional, “Central do Brasil”, também sob direção de Walter Salles, concorreu na categoria Melhor Filme Internacional e teve a indicação de Fernanda Montenegro, mãe de Fernanda Torres, como Melhor Atriz.

Nos últimos meses, “Ainda Estou Aqui” recebeu mais de 20 prêmios, com direito, entre eles, a um Globo de Ouro, outorgado à Fernanda Torres como Melhor Atriz de Drama - motivo de celebração e de orgulho por parte da nação brasileira. A torcida, agora, é pela consagração, na icônica cerimônia do Oscar, em Los Angeles, nos Estados Unidos.

As conquistas já obtidas são reflexo da produção baseada em fatos reais retratados no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva. O longa conta o drama da família do escritor, após o pai, o ex-deputado Rubens Paiva, ter sido levado para interrogatório por agentes do regime militar e, depois disso, ter “desaparecido”.

Político de oposição nos idos de 1970, Rubens Paiva foi, na verdade, preso, torturado e assassinado pela Ditadura. O corpo nunca foi encontrado, apesar da indiscutível luta de Eunice Paiva, a esposa - que, mais tarde, se tornaria símbolo de ativismo pelos Direitos Humanos. Somente 25 anos depois, em 1996, a certidão de óbito foi emitida e entregue, enfim, à família enlutada e sempre indignada.

“Ainda Estou Aqui”, que, hoje, projeta brilhantemente o cinema nacional mundo afora, também traz, com toda a sua repercussão, a importância de se discutir a necessidade da proteção e do amparo às vítimas no Brasil. Tanto Rubens Paiva quanto sua família, incluindo cinco filhos menores de idade, sofreram abusos e violência do poder estatal,

Apesar de estamos quatro décadas à frente do período retratado no longa e, atualmente, experienciando a Democracia, este debate se faz atual e necessário. Neste sentido, importante lembrar que, recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 3.890/2020, que cria o Estatuto da Vítima - fruto de anos de mobilização da sociedade civil e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) como o Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima, o Pró-Vítima. A expectativa, agora, é pela chancela no Senado Federal e a sanção presidencial.

Não há mais tempo a esperar. Uma atenção especial às vítimas precisa ser dada pela classe política brasileira, a fim de garantirmos que abusos e a barbárie, como fielmente retratada no filme de Walter Salles, nunca mais voltem a acontecer em nosso País.

Práticas restaurativas que visem reconhecer à memória dos que sofreram a violência estatal desse período tão trágico de nossa história, e levar justiça aos sobreviventes e familiares, são urgentes e demandam pronta implementação pela legislação vindoura.

Reconhecer e validar a narrativa das vítimas diretas e indiretas são, em suma, o primeiro passo para a restauração de suas dignidades brutalmente violadas.

***Dra. Celeste Leite dos Santos é presidente do Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima (Pró-Vítima); promotora de Justiça em Último Grau do Colégio Recursal do Ministério Público (MP) de São Paulo; doutora em Direito Civil; mestre em Direito Penal; e idealizadora do Estatuto da Vítima.**

***Dr. Pedro Pereira Gomes é mestre em Direito Internacional Privado, pela Universidade de São Paulo (USP); advogado; bacharel em Administração Pública, com formação complementar em Relações Internacionais; e conselheiro do Instituto Pró-Vítima.**



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ